

Prezado (a) candidato (a):

Assine e coloque seu número de inscrição no quadro abaixo. Preencha, com traços firmes, o espaço reservado a cada opção na folha de resposta.

<p>Nº. de Inscrição</p> <input data-bbox="186 393 451 465" type="text"/>	<p>Nome</p> <input data-bbox="505 393 1023 465" type="text"/>
--	---

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA – NÍVEL SUPERIOR

RIQUEZA DA LÍNGUA

(...) Dominar a norma culta de um idioma é plataforma mínima de sucesso para profissionais de todas as áreas. Engenheiros, médicos, economistas, contabilistas e administradores que falam e escrevem certo, com lógica e riqueza vocabular, têm mais chance de chegar ao topo do que profissionais tão qualificados quanto eles, mas sem o mesmo domínio da palavra. Por essa razão, as mudanças ortográficas interessam e trazem dúvidas a todos. O acordo diz como se devem usar o hífen e o acento agudo e outros desses minúsculos sinais gráficos que já fizeram estatelar muitas reputações. A diferença entre um sucesso e um vexame pode ser determinada por uma simples crase mal utilizada. Portanto, não há como ignorar quando os sábios se reúnem para determinar o que é certo e errado no uso do português.

Nas grandes corporações, os testes de admissão concedem à competência linguística dos candidatos, muitas vezes, o mesmo peso que à aptidão para trabalhar em grupo ou ao conhecimento de matemática. Diversas pesquisas estabelecem correlações entre tamanho de vocabulário e habilidade de comunicação, de um lado, e ascensão profissional e ganhos salariais, de outro. Salte-se agora do micro para o macro. Uma decisão aparentemente arcaica sobre o uso correto do tema, por exemplo, pode ganhar contornos bem mais amplos em um momento em que os idiomas nacionais sofrem todo tipo de pressão desestabilizadora. Como diz o linguista britânico David Crystal, a globalização e a revolução tecnológica da internet estão dando origem a um “novo mundo linguístico”. Entre os fenômenos desse novo mundo estão as subversões da ortografia presentes nos blogs e nas trocas de e-mails e o aumento no ritmo da extinção de idiomas. Estima-se

que um deles desapareça a cada duas semanas. Cresce a consciência de que as línguas bem faladas, protegidas por normas cultas, são ferramentas da cultura e também armas da política, além de ser riquezas econômicas.

(TEIXEIRA, Jerônimo. Revista Veja, nº 36, 12 de Setembro de 2007, p. 89. Texto adaptado.)

QUESTÃO 01

É correto afirmar que, nesse artigo, o autor **NÃO**:

- a) Explicita a opinião dele com relação ao uso adequado da língua portuguesa.
- b) Argumenta sobre a importância do domínio do vocabulário para o sucesso profissional.
- c) Tece comparações com ambientes diversos de uso linguístico.
- d) Descreve situações detalhadas sobre as mudanças da nova ortografia.

QUESTÃO 02

São exemplos de recursos usados pelo autor na construção do texto, **EXCETO**:

- a) Emprego de citações longas.
- b) Uso de elementos persuasivos.
- c) Exposição de opiniões e fatos relevantes.
- d) Argumentos calcados em vozes credenciadas.

TEXTO II

ASCENSÃO PELO VOCABULÁRIO

O bom uso da língua influi na carreira. Um estudo feito em 39 empresas americanas mostrou que a chance de ascensão profissional está diretamente ligada ao vocabulário que a pessoa domina. Quanto maior seu repertório, mais competência e segurança ela terá para absorver novas ideias e falar em público.

(O'CONNOR, Johnson. Research Foundation e Paul Nation. Revista Veja, nº 36, 12/09/07, p. 88)

QUESTÃO 03

Pode-se afirmar que o texto II:

- a) Apenas fortalece comentários do texto I.
- b) Amplia os dados estatísticos do texto II.
- c) Apresenta, como recurso persuasivo, dados comprobatórios.
- d) Defende a ideia de que somente profissionais graduados têm ascensão.

QUESTÃO 04

A expressão “ Quanto maior *seu repertório*, mais competência e segurança...”

O termo em destaque aponta, principalmente, para o fato de que:

- a) o domínio da gramática coloca o profissional em situação de prestígio.
- b) a ampliação lexical potencializa maior segurança e ascensão profissional.
- c) falar em público se torna sinônimo de bagagem cultural e erudição.
- d) segurança no desempenho linguístico se traduz como exercício de competência profissional.

QUESTÃO 05

Comparando o texto II com o texto I, avalie as afirmativas e assinale V (verdadeiro) e F (Falso):

- () No primeiro texto, o articulista é um linguista e tem como público-alvo pessoas que se interessam pela língua e os fenômenos que a constituem.
- () No texto II, predomina um tom de ironia, em relação ao tema apresentado.
- () Em ambos os textos, percebem-se pontos de vista divergentes.

Marque a alternativa com a sequência **CORRETA**, de cima para baixo:

- a) V – F – V.
- b) V – V – F.
- c) F – F – V.
- d) F – F – F.

QUESTÃO 06

Há “pecados” da língua que comprometem a vida social e as pretensões profissionais de qualquer cidadão. Assinale o item, cuja revisão linguística **NÃO** está adequada à norma culta padrão:

- a) “Houveram problemas com os internautas dos blogs “.
“Houve problemas com os internautas dos blogs “.
- b) “Se ele dispor de tempo, irá enviar-lhe e-mail “.
“Se ele dispuser de tempo, irá enviar-lhe e-mail “.
- c) “Segue anexo duas cópias do texto ‘Riqueza da Língua’”.
“Seguem anexas duas cópias do texto ‘ Riquezas da Língua’”.
- d) “Esse assunto é entre eu e ela”.
“Esse assunto é entre ela e eu”.

QUESTÃO 07

Que alternativa apresenta as palavras que preenchem corretamente as lacunas abaixo?

Esta é _____ uma reforma _____ incompleta, pois não unifica a escrita de fato e mexe _____ em _____ pontos que ainda restam confusos, como o uso do hífen e a escrita dos compostos.

- a) mesmo – meio – mal – bastantes .
- b) mesma – meia – mal – bastante.
- c) mesma – meio – mau – bastante.
- d) mesmo – meia – mau – bastantes.

Leia os textos abaixo para responder às questões 08, 09 e 10.

Conversa Digital
Como a Internet mudou a ortografia

“ Algum tempo hesitei se devia abrir estas memórias pelo princípio ou pelo fim, isto é, se poria em primeiro lugar o meu nascimento ou a minha morte. Suposto o uso vulgar seja começar pelo nascimento, duas considerações me levaram a adotar diferentes métodos: a primeira é que eu não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor, para quem a campa foi outro berço; a segunda é que o escrito ficaria assim mais galante e mais novo.

Moisés, que também contou a sua morte, não a pôs no intróito, mas no cabo: diferença radical entre este livro e o Pentateuco”.

“alg1 tempo hesitei c devia abrir estas memórias pelo principio ou pelo fim, isto eh, se poria em 1º lugar o meu nascimto ou a minha morte. Suposto o uso vulgar seja começar pelo nascimto, 2 considerações me levaram a adotar ≠ metodo: a 1ª eh q ã sou propriamente 1 autor defunto, + 1 defunto autor, p/qm q kmpa foi outro berço; a 2ª eh q o escrito ficaria assim + galante e + novo. moises, q tb contou a sua morte, ã pôs no intróito, + no kbo: ≠ radical entre este livro e o pentateuco”.

(O primeiro parágrafo de Memórias Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis, no original e traduzido para o “internetês “. Revista Veja, 12 de Setembro de 2007, p. 92).

QUESTÃO 08

O texto de Machado de Assis, traduzido para o internetês, demonstra:

- a) formalidade no uso da tradução.
- b) incorporação de sinais gráficos.
- c) transgressão ao tema definido.
- d) inadequação de linguagem.

QUESTÃO 09

Pode-se depreender, por meio da linguagem do “internetês”, que o texto machadiano sofreu:

- a) interferência, pois a comunicação digital afetou a essência da língua oral.
- b) alteração temática.
- c) alteração no grau de formalidade linguística.
- d) modificação no emprego da concordância verbal.

QUESTÃO 10

No parágrafo original de Memórias Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis, há a seguinte afirmação:

“(...) Moisés, que também contou a sua morte, não a pôs no introito, mas no cabo...”

Nesse trecho, a diferença radical entre o texto machadiano e o de Moisés caracteriza-se pela apresentação:

- a) de argumentos contraditórios e antitéticos.
- b) da opção pela estrutura composicional da narrativa.
- c) da época em que foram produzidos.
- d) das contradições entre autor defunto e defunto autor.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL – NÍVEL SUPERIOR

As questões de nº 21 a 26 estão baseadas no que dispõe a Lei Orgânica do Município de Caeté

QUESTÃO 11

Analise as afirmações abaixo, no que tange à matéria financeira e orçamentária:

I – Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

II – A lei que instituir o Plano Plurianual de ação governamental, compatível com o Plano Diretor, estabelecerá, de forma setorizada, as diretrizes, objetivos e metas de administração municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas a programas de duração continuada.

III – A lei de diretrizes orçamentárias, compatível com o Plano Plurianual, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

IV – A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público municipal; o orçamento de investimento das empresas em que o Município direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

V - Integrarão a lei orçamentária demonstrativos específicos com detalhamento das ações governamentais, em nível mínimo de órgão ou entidade responsável pela realização da despesa e função; objetivos e metas; natureza da despesa; fontes de recursos; órgão ou entidade beneficiários; identificação dos investimentos, por região do município; identificação de forma regionalizada, dos efeitos, sobre as receitas e as despesas, decorrentes de isenções, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

VI – A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo, na proibição, autorização para abertura de crédito, ainda que por antecipação da receita nos termos da lei.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) As afirmações estão corretas, mas a VI não contém todas as exceções à proibição de que trata.
- c) A afirmação I está incorreta, pois as leis que menciona são de iniciativa do Poder Legislativo.
- d) Apenas as afirmações II e III estão corretas.

QUESTÃO 12

Analise as afirmações abaixo, no que tange à saúde:

I – Saúde é direito de todos e dever do Poder Público, assegurado mediante políticas econômicas, sociais, ambientais e outras que visem à prevenção e a eliminação do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação, sem qualquer discriminação. O direito à saúde implica a garantia de condições dignas de trabalho, renda, moradia, alimentação, educação, lazer e saneamento, bem como a participação da sociedade civil na elaboração de políticas, na definição de estratégias de implementação e no controle das atividades com impacto sobre a saúde.

II – O direito de acesso da população às informações de interesse para a saúde obriga o Poder Público a mantê-la informada sobre os riscos e danos à saúde e sobre as medidas de prevenção e controle adotadas.

III – O acesso aos serviços de saúde é garantido exclusivamente à população de baixa renda, observados os critérios de dignidade, gratuidade e boa qualidade no atendimento e no tratamento de saúde, bem como triagem, encaminhamento e transporte de doentes, quando não seja possível dar-lhes mais assistência e tratamento com recursos locais.

IV - As ações e serviços de saúde são de relevância pública, e cabem ao Poder Público sua regulamentação, fiscalização e controle, na forma da lei, devendo sua execução ser feita diretamente através de serviços oficiais e, supletivamente, através de terceiros.

V - As ações e serviços públicos de saúde integram o Sistema Municipal de Saúde, que se organiza, no Município, de acordo, entre outras, com a diretriz de comando político-administrativo único das ações pelo órgão central do sistema municipal, articulado com as esferas estadual e federal, formando uma rede regionalizada e hierarquizada e a diretriz de participação, em nível de audiência, da sociedade civil, através de entidades representativas da

comunidade e de profissionais de saúde na formulação, gestão e controle da política municipal e das ações de saúde, através da constituição do Conselho Municipal de Saúde com a participação do Poder Público.

Verifica-se que:

- a) todas as afirmações estão corretas.
- b) somente as afirmações I, IV e V estão corretas.
- c) todas as afirmações estão incorretas.
- d) somente as afirmações I, II e IV estão corretas.

QUESTÃO 13

Assinale a alternativa **INCORRETA**, no que tange ao plano diretor:

- a) A Lei que instituir o Plano Diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos. No processo de elaboração do mesmo e na fiscalização de sua implementação, os poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, e a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos, bem como o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidas.
- b) Os orçamentos anuais, as diretrizes orçamentárias e o Plano Plurianual serão compatibilizados com as prioridades e metas estabelecidas no Plano Diretor. Lei municipal, baseada no plano diretor, delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência.
- c) O Plano Diretor, aprovado pela maioria dos membros da Câmara, ou seja, maioria absoluta, conterà, entre outros elementos, a exposição circunstanciada das condições econômicas, financeiras, sociais, culturais e administrativas do Município; os objetivos estratégicos, fixados com vistas à solução dos principais entraves ao desenvolvimento social, bem como as diretrizes econômicas, financeiras, administrativas, sociais, de uso e ocupação do solo e de preservação do patrimônio ambiental, cultural e natural, visando atingir os objetivos estratégicos e as respectivas metas.
- d) A outorga onerosa do direito de construir corresponde à fixação, no plano diretor, de áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido nos limites do coeficiente de aproveitamento básico adotado, entendido tal coeficiente como a relação matemática entre a área edificável e a área do terreno.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa **CORRETA**, no que tange ao processo legislativo:

- a) Não será admitido, sob qualquer pretexto, aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa privativa do Prefeito.
- b) A urgência pode ser solicitada por prefeito ou bancada para a apreciação de projeto de sua iniciativa.
- c) Se a Câmara não se manifestar em até quarenta e cinco dias sobre projeto de iniciativa do Prefeito, será ele incluído na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.
- d) A proposição de lei, resultante de projeto aprovado pela Câmara, será enviada ao Prefeito que, no prazo de quinze dias, contados da data de seu recebimento, aporá sanção ou veto.

QUESTÃO 15

Assinale a alternativa **INCORRETA**, no que concerne aos servidores públicos:

- a) Os atos de improbidade administrativa importam suspensão dos direitos políticos, perda de função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, na forma e na graduação estabelecidas em lei, excluída a hipótese de ação penal.
- b) Em entidades da administração indireta, pelo menos um cargo ou função de direção superior será provido por servidor ou empregado de carreira da respectiva instituição.
- c) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- d) É vedado ao servidor municipal desempenhar atividades que não sejam próprias do cargo de que for titular, exceto quando ocupar cargo em comissão ou desempenhar função de confiança.

QUESTÃO 16

Compete privativamente à Câmara Municipal, **EXCETO**:

- a) Eleger a sua Mesa e destituí-la na forma regimental e constituir as Comissões; elaborar o Regimento Interno; dispor sobre sua organização, seu direcionamento e sua polícia; dispor sobre criação, transformação ou extinção de cargo, emprego e função de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; aprovar crédito suplementar ao orçamento de sua Secretaria, nos termos da Lei Orgânica.
- b) Fixar o subsídio do Vereador, do Prefeito, do Vice-Prefeito, do Secretário Municipal, Secretário Municipal Adjunto, ou aos equivalentes, bem como dos dirigentes das entidades da administração indireta, observados os critérios estabelecidos na Lei Orgânica e os limites previstos em Leis Complementares ou na Constituição Federal.
- c) Dar posse ao Prefeito e Vice-Prefeito; conhecer da renúncia do Prefeito e Vice-Prefeito; conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores para interromper o exercício de suas funções; autorizar o Prefeito a se ausentar do Município e, o Vice-Prefeito, do Estado, por mais de dez dias.
- d) Processar e julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito, o Vereador e o Secretário Municipal e afins, nas infrações político-administrativas; decretar a perda do mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos indicados na Constituição Federal, na Lei Orgânica e na legislação federal aplicável.

QUESTÃO 17

Com base na Lei Municipal de Caeté nº2581/2009, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Esta lei tem entre seus objetivos estruturar a carreira do quadro dos profissionais da Educação Básica; assegurar remuneração condigna dos profissionais da Educação Básica; garantir a promoção na carreira dos profissionais da Educação Básica de acordo com o crescente aperfeiçoamento profissional; promover a gestão democrática da educação municipal; garantir a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.
- b) O provimento para o emprego público em cada uma das classes da Educação Básica Municipal será realizado através de concurso público, de provas ou de provas e títulos. Os concursos públicos realizados após a vigência desta lei, para provimento do emprego de Professor deverão exigir como habilitação mínima o nível superior.
- c) A jornada de trabalho do ocupante de emprego da Carreira da Educação Básica Municipal poderá ser em regime básico ou suplementar, correspondendo, respectivamente, a vinte horas semanais e a quarenta horas semanais.

- d) A licença para qualificação profissional consiste no afastamento do ocupante de emprego da Carreira de suas funções, computado o tempo de afastamento para todos os fins de direito, e será concedida para frequência a cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, em instituições credenciadas.

QUESTÃO 18

Com base na Lei Municipal de Caeté nº2581/2009, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A convocação em regime suplementar será remunerada, proporcionalmente, ao número de horas adicionadas à jornada básica de trabalho do ocupante de emprego da Carreira dos profissionais da Educação Básica e não caracterizará hora extraordinária.
- b) Quando, na escola, não houver profissional interessado, poderá ser oferecido o regime suplementar de trabalho ao profissional da Educação Básica de outra escola.
- c) O nível referente à habilitação do ocupante de emprego de Professor V é o da formação em nível de pós-graduação, em cursos na área de educação, com duração mínima de trezentos e sessenta horas.
- d) Além do vencimento, o ocupante de emprego da Carreira fará jus às gratificações de função pelo exercício em escola de difícil acesso e pelo exercício de docência exclusiva com alunos portadores de necessidades especiais. Tais vantagens pecuniárias são cumulativas, mas seu pagamento ocorrerá enquanto durar o exercício nessas condições especiais.

QUESTÃO 19

Com base na Lei Municipal de Caeté nº 2.573/2009, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Esta lei dispõe sobre o plano geral de empregos, carreiras e salários dos empregados públicos da administração pública direta e indireta do Município de Caeté.
- b) O Anexo I contém os grupos de atividade administrativa ou de especialização profissional pelas quais se distribuem as classes de empregos; denominação do emprego; código da classe; o número de empregos existentes; o símbolo do salário; a carga horária; a habilitação e o salário inicial.
- c) Somente será permitido serviço extraordinário, mediante autorização do Prefeito, através de ato próprio, para atender a situações excepcionais, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas diárias, podendo este regime ser prorrogado por igual período, diante de situações inadiáveis cuja inexecução possa acarretar prejuízos irreparáveis.

- d) O Município poderá conceder, discricionariamente, ao Empregado Público nomeado em razão de aprovação em concurso público que exercer as suas funções em unidade administrativa de difícil acesso, uma gratificação de função no percentual de 10% (dez por cento) de seu vencimento básico.

QUESTÃO 20

Com base na Constituição da República, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- b) A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; os requisitos para investidura, promoção e progressão e as peculiaridades dos cargos.
- c) Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, exclusivamente em prol da administração pública.
- d) Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, salvo quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

CONTADOR – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

A compra de equipamento para uso da própria empresa, pagando-se uma entrada em dinheiro e aceitando-se duplicatas pelo valor restante, será contabilizada através de um único lançamento de:

- a) Segunda fórmula.
- b) Primeira fórmula.
- c) Fórmula simples.
- d) Terceira fórmula.

QUESTÃO 22

São contas patrimoniais as que indicam:

- a) O custo de produção de uma indústria.
- b) Os impostos já pagos incidentes sobre as vendas.
- c) As vendas realizadas num período.
- d) O ICMS a recolher ao Estado.

QUESTÃO 23

Assinale a alternativa que **NÃO** deve ser classificada no Ativo Circulante:

- a) Despesas apropriáveis a custos do exercício seguinte.
- b) Estoques.
- c) Adiantamentos efetuados a empresas coligadas.
- d) Adiantamentos efetuados a fornecedores de matérias-primas.

QUESTÃO 24

Entre as formalidades extrínsecas e intrínsecas dos livros de escrituração, destacamos as abaixo indicadas, **EXCETO**:

- a) Termos de abertura e de encerramento.
- b) Numeração tipográfica e sequencial das folhas.
- c) Escrituração em ordem cronológica de dia, mês e ano.
- d) Existência de emendas, rasuras e espaço em branco.

QUESTÃO 25

Classificam-se como reservas de capital as reservas:

- a) de prêmios pela emissão de debêntures.
- b) destinadas a compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável.
- c) estatutárias, destinadas a investimentos.
- d) por ajustes de investimentos em sociedades controladas.

QUESTÃO 26

As deduções da receita bruta, que resultam na receita líquida na demonstração do resultado do exercício, compõem-se das seguintes contas:

- a) Vendas canceladas e IPI sobre faturamento
- b) Vendas canceladas e devoluções, abatimentos e impostos incidentes sobre as vendas.
- c) Vendas canceladas e devoluções e impostos incidentes sobre as vendas
- d) Vendas canceladas, descontos condicionais e impostos incidentes sobre as vendas.

QUESTÃO 27

As modificações do patrimônio líquido são evidenciadas na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. É exemplo de mutação que afeta o valor do patrimônio líquido:

- a) Aumento do capital social.
- b) Alienação de debêntures.
- c) Alienação de partes beneficiárias.
- d) Constituição de reservas para contingências.

QUESTÃO 28

Com base na classificação da receita pública por fonte, incluem-se nas receitas correntes, **EXCETO**:

- a) Receita patrimonial.
- b) Operações de crédito.
- c) Receita tributária.
- d) Receita de contribuições.

QUESTÃO 29

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Com base nas normas da LRF, perante a única norma **NÃO** pertinente:

- a) Orçamento público – rigoroso equilíbrio entre receita e despesa.
- b) Receita pública – previsão e arrecadação.
- c) Gestão patrimonial.
- d) Poupança pública – definições, limites e fiscalização.

QUESTÃO 30

O orçamento Público obedece aos princípios orçamentários. Como consequência do princípio da especificação, ocorrem proibições de natureza constitucional. Indique a opção **INCORRETA**:

- a) Concessão de créditos ilimitados.
- b) Início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária.
- c) Realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
- d) Exigência ou redução de tributo sem lei que o estabeleça.

QUESTÃO 31

A Receita Orçamentária é a consubstanciada no orçamento público e consignada na Lei Orçamentária. Aponte a opção **INCORRETA** no que diz respeito às fontes de receitas:

- a) O imposto é um tributo cuja obrigação tem como fato gerador uma situação, independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte, sendo pago coativamente.
- b) A contribuição de melhoria corresponde à especialização de serviço público, em proveito direto ou por ato de contribuinte.
- c) Outras receitas correntes são aquelas originárias da cobrança de multas e juros de mora, indenizações e restituições, receita da dívida ativa e receitas diversas.
- d) As receitas de capital são as provenientes de operações de crédito, alienação de bens, de amortização de empréstimos concedidos, de transferências de capital e de outras receitas de capital.

QUESTÃO 32

Com base na Lei n.º 8.666/1993 e em suas alterações posteriores, assinale dentre as alternativas a seguir, a opção **CORRETA**:

- a) Estão subordinados ao regime jurídico dessa lei órgãos da administração direta, fundos especiais, autarquias, fundações públicas e empresas públicas, mas não as sociedades de economia mista.
- b) Como forma de aumentar a concorrência do certame e garantir o efetivo adimplimento do contrato, é admitida, em regra, que se inclua no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução.
- c) Na licitação pela modalidade convite, devem participar, ao menos, três concorrentes. Essa modalidade deve ser utilizada quando o valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia for de até R\$ 150.000,00.
- d) É admitida a celebração de contrato administrativo com prazo de vigência indeterminado, desde que devidamente justificado pela autoridade competente em razão da natureza dos serviços licitados.

QUESTÃO 33

Acerca dos princípios administrativos que regem as licitações, é **CORRETO** afirmar que:

- a) o princípio da publicidade se restringe à divulgação do procedimento a todos os interessados, sendo vedada ao particular a tarefa de fiscalizar os atos licitatórios.
- b) o princípio da igualdade entre os licitantes é impeditivo da discriminação entre os participantes do certame.
- c) o princípio do julgamento objetivo decorre do princípio da probidade administrativa, e admite que o julgamento das propostas seja feito de forma discricionária pela Administração.
- d) o princípio da adjudicação compulsória sempre permite a abertura de nova licitação enquanto válida a adjudicação anterior.

QUESTÃO 34

A Lei nº 8.666/93 institui normas para a licitação e contratos com a Administração Pública. Leia as alternativas a seguir e assinale a opção **CORRETA**.

- a) É dispensável a licitação quando houver inviabilidade de competição.
- b) A concorrência é modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico.
- c) É permitido à autoridade competente anular o procedimento licitatório por razões de interesse público, ou revogá-lo por ilegalidade.
- d) Não pode a Administração Pública celebrar contrato com preterição da ordem de classificação das propostas, com terceiros estranhos ao procedimento licitatório.

QUESTÃO 35

Considera-se contrato administrativo todo ajuste celebrado pela Administração Pública, com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, para a consecução de fins públicos. Sobre o tema, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) As cláusulas relativas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e monetário dos contratos administrativos podem sempre ser alteradas sem a prévia concordância do contratado.
- b) O contrato com a Administração Pública não obedece a qualquer formalidade, podendo, sempre, ser ajustado verbalmente.
- c) O regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração Pública, dentre outras prerrogativas, a de fiscalizar-lhes a execução.
- d) A Administração Pública é responsável direta pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.

QUESTÃO 36

Leia as alternativas a seguir e assinale a **INCORRETA**:

- a) Princípios Orçamentários - Regras que cercam a instituição orçamentária, visando a dar-lhe consistência, principalmente no que se refere ao controle pelo Poder Judiciário.
- b) Princípio da não-afetação de Receitas - Princípio orçamentário clássico, também conhecido por Princípio da não-afetação de Receitas, segundo o qual todas as receitas orçamentárias devem ser recolhidas ao Caixa Unico do Tesouro, sem qualquer vinculação em termos de destinação. Os propósitos básicos desse princípio são: oferecer flexibilidade na gestão do caixa do setor público - de modo a possibilitar que os seus recursos sejam carregados para as programações que deles mais - necessitem - e evitar o desperdício de recursos (que costuma a ocorrer quando as parcelas vinculadas atingem magnitude superior às efetivas necessidades).
- c) Princípio da Unidade do Orçamento - Princípio segundo o qual os orçamentos de todos os órgãos que constituem o setor público devem fundamentar-se segundo uma única política orçamentária, estruturarem-se uniformemente e ajustarem-se a um método único.
- d) Princípio da Universalidade do Orçamento - Princípio segundo o qual a lei orçamentária deve compreender todas as receitas e todas as despesas pelos seus totais.

QUESTÃO 37

Leia as alternativas a seguir e assinale a opção **INCORRETA**.

- a) A lei orçamentária anual (LOA) estima as receitas que o governo espera arrecadar durante o ano e fixa os gastos a serem realizados com tais recursos.
- b) O plano plurianual (PPA) estabelece os projetos e os programas de longa duração do governo, definindo objetivos e metas da ação pública para um período de quatro anos.
- c) A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) orienta a elaboração e execução do orçamento anual e trata de vários outros temas, como alterações tributárias, gastos com pessoal, política fiscal e transferências da União.
- d) O processo orçamentário compreende, exclusivamente, a fase de elaboração e execução da lei de diretrizes orçamentárias - LDO.

QUESTÃO 38

Leia as alternativas a seguir e assinale a opção **INCORRETA**.

- a) Despesa corrente - Categoria de classificação da despesa que se desdobra em despesa de investimento, custeio e transferência corrente; destina-se a promover a execução e a manutenção da ação governamental e não contribui diretamente para aumentar a capacidade produtiva da economia.
- b) Despesa de capital - Categoria de classificação da despesa que se desdobra em investimento, inversão financeira e transferência de capital; tem por propósito formar e/ou adquirir um bem de capital de modo a contribuir para o incremento da capacidade produtiva.
- c) Despesa de custeio - Aquela necessária à manutenção da ação governamental e à prestação de serviço público, tais como: pagamento de pessoal e de serviços de terceiros, compra de material de consumo e gasto com reforma e conservação de bens móveis e imóveis.
- d) Despesa de exercícios anteriores - As relativas a exercícios encerrados, para as quais existia crédito próprio e dotação suficiente nos respectivos orçamentos, mas que não foram processadas na época devida.

QUESTÃO 39

O indicador financeiro que tem a finalidade de medir a capacidade financeira a curto prazo de uma empresa, obtido da comparação da soma das disponibilidades líquidas e dos direitos realizáveis a curto prazo, com o total das suas exigibilidades registradas no Passivo Circulante, denomina-se:

- a) índice de Liquidez Geral.
- b) índice de Liquidez Seca.
- c) índice de Liquidez Corrente.
- d) índice de Liquidez Instantânea.

QUESTÃO 40

São casos de extinção do crédito tributário, **EXCETO**:

- a) Compensação, acordo, remissão.
- b) Prescrição e decadência.
- c) Interposição de recurso administrativo.
- d) Consignação em pagamento.